



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno

Prestação de Contas

da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Exercício Financeiro de 2017

***Assessoria de Controle Interno e Auditoria
da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão***

Composta por:

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria

Fábio Rafael Viana Lobato da Silva
Analista Ministerial

Alan Vasconcelos Santos
Analista Ministerial

Francisca Ferreira de Sousa
Analista Ministerial

Raimundo João Serejo Azevedo Filho
Técnico Ministerial

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	04
2. DO ORÇAMENTO	05
2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais	05
2.2 Das Receitas	07
2.3 Das Despesas	08
3. DO FINANCEIRO	17
4. DO PATRIMÔNIO	19
5. DOS PROGRAMAS DE TRABALHO	24
6. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO	26
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Controle Interno, que acompanha a Prestação de Contas Anual do Chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão, é exigência das Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual, inclusive no tocante aos documentos necessários a sua composição.

Neste relatório, faz-se uma análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício financeiro de 2017, baseada nas demonstrações contábeis, relatórios contidos na prestação de contas e em dados do Sistema Informativo de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA do Estado do Maranhão e do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

2. DO ORÇAMENTO

2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais

A Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº. 10.555, de 29/12/2016), autorizou inicialmente para a Procuradoria-Geral de Justiça recursos na ordem de R\$ 306.996.789,00 (trezentos e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil, setecentos e oitenta e nove reais) e, mediante abertura de créditos adicionais, tal montante foi alterado para R\$ 452.088.398,93 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, oitenta e oito mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos).

No exercício em exame, foram realizadas aberturas de créditos suplementares em favor da PGJ, em conformidade com os artigos 40 a 46 da Lei Federal nº. 4.320/1964 e com o Novo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aumentando o valor global das dotações em R\$ 145.091.609,93 (cento e quarenta e cinco milhões, noventa e um mil, seiscentos e nove reais e noventa e três centavos), de acordo com os seguintes dispositivos legais:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

RELAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS				
DISPOSITIVO	DATA DIÁRIO OFICIAL	CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO	CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO
DECRETO Nº. 32.726	22/03/2017	82.080,93		
DECRETO Nº. 32.894	09/05/2017			5.428.000,00
DECRETO Nº. 33.007	08/06/2017			2.000.000,00
DECRETO Nº. 33.016	13/06/2017			5.422.597,00
DECRETO Nº. 33.151	26/07/2017			5.480.573,00
ATO Nº. 409	31/07/2017			1.400.000,00
DECRETO Nº. 33.151	26/07/2017			2.000.000,00
DECRETO Nº. 33.203	09/08/2017		7.967.000,00	
DECRETO Nº. 33.267	28/08/2017			12.000.000,00
DECRETO Nº. 33.356	19/09/2017			5.940.000,00
DECRETO Nº. 33.385	27/09/2017			7.500.000,00
ATO Nº. 522	27/09/2017			2.972.000,00
ATO Nº. 579	16/10/2017			1.000.000,00
ATO Nº. 578	16/10/2017			160.000,00
DECRETO Nº. 33.492	20/10/2017			9.050.000,00
ATO Nº. 609	23/10/2017			9.278.000,00
DECRETO Nº. 33.643	21/11/2017			24.560.976,00
DECRETO Nº. 33.643	21/11/2017		7.041.827,00	
ATO Nº. 668	27/11/2017			1.090.507,00
ATO Nº. 670	28/11/2017			120.000,00
DECRETO Nº. 33.676	05/12/2017			7.358.173,00
DECRETO Nº. 33.681	06/12/2017			12.932.361,00
DECRETO Nº. 33.724	20/12/2017			29.328.022,00
ATO Nº. 693	19/12/2017			30.000,00
ATO Nº. 694	21/12/2017			800.000,00
ATO Nº. 699	27/12/2017			894.000,00
DECRETO Nº. 33.731	26/12/2017			1.000.000,00
SUBTOTAL		82.080,93	15.008.827,00	147.745.209,00
TOTAL GERAL				162.836.116,93
				CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES
				17.744.507,00
				VALOR GLOBAL DAS DOTAÇÕES
				145.091.609,93



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

2.2 Das Receitas

Como descrito no item **2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais**, a Lei Estadual nº. 10.555/2016 autorizou para a PGJ, para o exercício de 2017, a receita inicialmente prevista no montante de R\$ 306.996.789,00 (trezentos e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil, setecentos e oitenta e nove reais), posteriormente alterado para R\$ 452.006.318,00 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, seis mil, trezentos e dezoito reais), em razão da abertura de créditos adicionais.

Conforme se depreende da análise do Balanço Orçamentário, verificamos que o montante das receitas realizadas foi de R\$ 440.520.097,78 (quatrocentos e quarenta milhões, quinhentos e vinte mil, noventa e sete reais e setenta e oito centavos), no exercício de 2017.



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

2.3 Das Despesas

A execução da despesa orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício de 2017, pode ser demonstrada como segue:

UNIDADE GESTORA: 070101 - Procuradoria Geral de Justiça						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	DESPESAS LIQUIDADAS (C)	DESPESAS PAGAS (D)	% (B / A)	% (D / B)
306.996.789,00	452.088.398,93	451.818.596,13	437.785.156,86	437.754.989,22	99,94%	96,89%

No exercício de 2017, houve economia na execução da despesa orçamentária, no valor de R\$ 269.802,80 (duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e dois reais e oitenta centavos), como se observa no confronto das dotações atualizadas com as despesas empenhadas, na forma do demonstrativo abaixo:

APURAÇÃO DA ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	
DOTAÇÕES X DESPESAS	VALORES
(+) Dotações Atualizadas	452.088.398,93
(-) Despesas Empenhadas	451.818.596,13
(=) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	269.802,80



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

Das despesas empenhadas no exercício de 2017, no valor de R\$ 451.818.596,13 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e dezoito mil, quinhentos e noventa e seis reais e treze centavos), a quantia de R\$ 437.754.989,22 (quatrocentos e trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos) foi paga no exercício, o que resultou na inscrição de restos a pagar, no final do exercício de 2017, no montante de R\$ 14.063.606,91 (quatorze milhões, sessenta e três mil, seiscentos e seis reais e noventa e um centavos), na forma abaixo descrita:

APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	VALORES
(+) Despesas Empenhadas	451.818.596,13
(-) Despesas Pagas	437.754.989,22
(=) RESTOS A PAGAR – INSCRIÇÃO DO EXERCÍCIO	14.063.606,91
Restos a Pagar Processados	30.167,64
Restos a Pagar Não Processados	14.033.439,27

Do valor total inscrito em restos a pagar no final do exercício de 2017, ou seja, R\$ 14.063.606,91 (quatorze milhões, sessenta e três mil, seiscentos e seis reais e noventa e um centavos), R\$ 14.033.439,27 (quatorze milhões, trinta e três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e sete centavos) referem-se aos restos a pagar não processados, e o restante, no valor de R\$ 30.167,64 (trinta mil, cento e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), aos restos a pagar processados.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

A Procuradoria Geral de Justiça teve suas despesas empenhadas, liquidadas e pagas, de acordo com a respectiva categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa, na forma abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: 070101 - Procuradoria Geral de Justiça				
CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/ ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (A)	DESPESAS LIQUIDADAS (B)	DESPESAS PAGAS (C)	% (C / A)
3 DESPESAS CORRENTES	431.718.053,37	427.430.074,48	427.399.906,84	99,00%
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	319.325.335,60	319.325.335,60	319.325.335,60	100,00%
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	269.148.967,91	269.148.967,91	269.148.967,91	100,00%
319013 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.479.351,83	7.479.351,83	7.479.351,83	100,00%
319016 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	11.450,00	11.450,00	11.450,00	100,00%
319091 - SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	329.134,97	329.134,97	329.134,97	100,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	257.150,46	257.150,46	257.150,46	100,00%
319093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.456.146,20	11.456.146,20	11.456.146,20	100,00%
319094 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	837.255,53	837.255,53	837.255,53	100,00%
319107 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	27.582.437,81	27.582.437,81	27.582.437,81	100,00%
319113 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.223.440,89	2.223.440,89	2.223.440,89	100,00%
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	112.392.717,77	108.104.738,88	108.074.571,24	96,16%
339008 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	17.448.622,40	17.448.622,40	17.448.622,40	100,00%
339014 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.731.520,19	1.731.520,19	1.731.520,19	100,00%
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	1.863.518,65	1.511.223,04	1.500.198,04	80,50%
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	633.079,24	633.079,24	633.079,24	100,00%
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.125.593,12	4.120.484,97	4.112.521,21	99,68%
339037 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	8.058.968,34	8.058.968,34	8.058.968,34	100,00%



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

UNIDADE GESTORA: 070101 - Procuradoria Geral de Justiça				
CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/ ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (A)	DESPESAS LIQUIDADAS (B)	DESPESAS PAGAS (C)	% (C / A)
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	29.357.046,12	25.489.463,66	25.478.284,78	86,79%
339046 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	28.436.225,97	28.436.225,97	28.436.225,97	100,00%
339049 - AUXÍLIO TRANSPORTE	81.850,42	81.850,42	81.850,42	100,00%
339092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.224.360,23	20.161.800,23	20.161.800,23	99,69%
339139 - SERVIÇO DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	390.490,65	390.057,98	390.057,98	99,89%
339093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	41.442,44	41.442,44	41.442,44	100,00%
4. DESPESAS DE CAPITAL	20.100.542,76	10.355.082,38	10.355.082,38	51,52%
4.4 INVESTIMENTOS	20.100.542,76	10.355.082,38	10.355.082,38	51,52%
449051 - OBRAS E INSTALACOES	8.236.917,10	5.333.912,68	5.333.912,68	64,76%
449052 - MATERIAL PERMANENTE	11.863.625,66	5.021.169,70	5.021.169,70	42,32%
TOTAL	451.818.596,13	437.785.156,86	437.754.989,22	96,89%

Como se observa no demonstrativo acima, no exercício de 2017, foram pagos 96,89% do valor total das despesas empenhadas, sendo que a diferença, no percentual de 3,11%, que corresponde ao valor de R\$ 14.063.606,91 (quatorze milhões, sessenta e três mil, seiscentos e seis reais e noventa e um centavos), foi inscrita em restos a pagar, no final de tal exercício.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

Quanto às **despesas empenhadas por categoria econômica**, verificamos que as despesas correntes corresponderam, no exercício de 2017, a 95,55%, ao passo que o impacto das despesas de capital foi de 4,45%, na forma abaixo demonstrada:

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESAS EMPENHADAS	COMPROMETIMENTO
Despesas Correntes	431.718.053,37	95,55%
Despesas de Capital	20.100.542,76	4,45%
TOTAL	451.818.596,13	100,00%

Analisando o comportamento das **despesas empenhadas por grupo de natureza de despesa**, constatamos que o maior impacto, de aproximadamente 70,68%, corresponde às despesas com pessoal e encargos sociais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	PERCENTUAL
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	319.325.335,60	70,68%
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	112.392.717,77	24,88%
4.4 INVESTIMENTOS	20.100.542,76	4,45%
TOTAL	451.818.596,13	100,00%



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

No tocante à **apuração do Resultado Orçamentário** – que representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas – verificamos, após análise do Balanço Orçamentário, que houve um déficit orçamentário, no valor de R\$ 11.298.498,35 (onze milhões, duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme segue abaixo demonstrado:

APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	
1. Receitas Orçamentárias Realizadas	440.520.097,78
2. Despesas Orçamentárias Empenhadas	451.818.596,13
Resultado Orçamentário Deficitário	(11.298.498,35)

Quanto à **execução da despesa extraorçamentária**, verificamos que, do montante de R\$ 6.854.484,14 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e catorze centavos), inscrito em restos a pagar em 2016, foi realizado o desembolso para pagamento no valor de R\$ 6.524.147,07 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e sete centavos), de modo que o restante, no valor de R\$ 330.337,07 (trezentos e trinta mil, trezentos e trinta e sete reais e sete centavos), foi cancelado no final de 2017, gerando uma disponibilidade financeira como fonte de recurso para composição do superavit financeiro no final do exercício.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

Quanto às **despesas por meio de adiantamento ou suprimento de fundos** no exercício de 2017, verificamos que, em 31/12/2017, R\$ 6.000,00 (seis mil reais) foram registrados no Balanço Patrimonial em virtude da não apresentação da correspondente prestação de contas ou da apresentação de prestação de contas com pendências não sanadas até o final do exercício, seguindo abaixo a relação dos supridos, com seus respectivos recursos:

RESPONSÁVEIS POR RECURSOS DE ADIANTAMENTO	FATO GERADOR	VALOR
TACITO DE JESUS LOPES GARROS	2012	3.000,00
RONALD SILVA PEREIRA	2017	3.000,00
TOTAL		6.000,00

Apesar dos esforços conjuntos da Administração Superior e das unidades administrativas pertinentes à matéria, o montante supracitado permanece o mesmo, R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme demonstrativo oriundo do SIAFEM, datado de 22/03/2018, cujo resumo segue abaixo:

RESPONSÁVEIS POR RECURSOS DE ADIANTAMENTO	FATO GERADOR	VALOR
TACITO DE JESUS LOPES GARROS	2012	3.000,00
RONALD SILVA PEREIRA	2017	3.000,00
TOTAL		6.000,00

Cabe destacar que o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) constante na tabela acima corresponde à não aprovação de contas de recursos recebidos a título de adiantamento em exercício anterior ao analisado, cujo fato ensejou abertura de Tomada de Contas Especial, conforme PA nº. 9544AD/2013, já encaminhado



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

para o Tribunal de Contas Estadual e recepcionado com o número 9674/2014, conforme protocolo nº. 0148/192014096745404, de 19/08/2014.

Quanto à **aquisição de material permanente**, em casos excepcionais, **com recursos advindos de adiantamentos ou suprimento de fundos**, na forma estabelecida no Ato Regulamentar nº. 04/2013-GPGJ, até o valor limite de R\$ 400,00 para cada despesa de pequeno vulto, conforme Portaria nº. 0417/2013-GPGJ, verificamos que foi despendido o montante de R\$ 2.308,80 (dois mil, trezentos e oito reais e oitenta centavos), conforme quadro a seguir:

RELAÇÃO DE BENS PERMANENTES ADQUIRIDOS POR ADIANTAMENTO				
ITEM	DESCRIÇÃO	TOMBO	VALOR DO BEM	PROCESSO ADMINISTRATIVO
1	SUPORTE DE TV	58451	19,70	PA Nº. 10401/2017
2	SUPORTE DE TV	58452	19,90	PA Nº. 10401/2017
3	SUPORTE DE TV	58453	19,90	PA Nº. 10401/2017
4	SUPORTE DE TV	58454	19,90	PA Nº. 10401/2017
5	SUPORTE DE TV	58455	19,90	PA Nº. 10401/2017
6	SUPORTE DE TV	58456	19,90	PA Nº. 10401/2017
7	SUPORTE DE TV	58457	19,90	PA Nº. 10401/2017
8	SUPORTE DE TV	58458	19,90	PA Nº. 10401/2017
9	SUPORTE DE TV	58459	19,90	PA Nº. 10401/2017
10	SUPORTE DE TV	58460	19,90	PA Nº. 10401/2017
11	SUPORTE DE TV	58461	19,90	PA Nº. 10401/2017
12	SUPORTE DE TV	58462	19,90	PA Nº. 10401/2017
13	SUPORTE DE TV	58463	19,90	PA Nº. 10401/2017
14	SUPORTE DE TV	58464	19,90	PA Nº. 10401/2017
15	SUPORTE DE TV	58465	19,90	PA Nº. 10401/2017
16	SUPORTE DE TV	58466	19,90	PA Nº. 10401/2017
17	SUPORTE DE TV	58467	19,90	PA Nº. 10401/2017
18	SUPORTE DE TV	58468	19,90	PA Nº. 10401/2017
19	BOMBA D'ÁGUA	58892	389,00	PA Nº. 7385/2017



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

RELAÇÃO DE BENS PERMANENTES ADQUIRIDOS POR ADIANTAMENTO				
ITEM	DESCRIÇÃO	TOMBO	VALOR DO BEM	PROCESSO ADMINISTRATIVO
20	SUPORTE DE TV	58893	91,90	PA Nº. 10401/2017
21	SUPORTE DE TV	58894	91,90	PA Nº. 10401/2017
22	BOMBA D'ÁGUA	59071	358,00	PA Nº. 1666/2017
23	MOTOR DE PORTÃO	59745	400,00	PA Nº. 2422/2017
24	PEDESTAL	59881	90,00	PA Nº. 2009/2017
25	PEDESTAL	59882	90,00	PA Nº. 2009/2017
26	PEDESTAL	59883	90,00	PA Nº. 2009/2017
27	PEDESTAL	59884	90,00	PA Nº. 2009/2017
28	GRAVADOR DIGITAL	59885	260,00	PA Nº. 1771/2017
TOTAL			2.308,80	

No que tange às **despesas com pessoal e encargos sociais** ao longo do exercício de 2017, verificamos o montante de R\$ 319.325.335,60 (trezentos e dezenove milhões, trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), sendo que, após as deduções legais, a despesa líquida com pessoal e seu respectivo comprometimento em relação à receita corrente líquida apresentou os seguintes valores nos três quadrimestres de 2017:

QUADRIMESTRE	DESPEZA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	% DESPEZA COM PESSOAL
1º.	208.325.243,25	12.860.550.166,11	1,62%
2º.	220.379.101,58	12.905.924.627,02	1,71%
3º.	240.231.430,48	12.536.618.595,33	1,92%

Verifica-se, portanto, o cumprimento do limite com despesa de pessoal estabelecido no art. 20, II, "d", da Lei Complementar nº. 101/2000-LRF.



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

3. DO FINANCEIRO

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ficou demonstrado que, no início do exercício de 2017, a Procuradoria Geral de Justiça apresentou disponibilidade de caixa no montante de R\$ 18.656.311,38 (dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e onze reais e trinta e oito centavos), sendo que, ao final de tal exercício, o saldo em questão foi de R\$ 14.872.688,91 (quatorze milhões, oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos).

O fluxo financeiro pode ser melhor evidenciado no quadro a seguir:

FLUXO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2016:	18.656.311,38
(+) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	452.215.260,13
(-) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS	437.754.989,22
(-) DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS PAGAS	6.524.147,07
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	11.695.162,35
(-) SALDO DE DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	24.583,96
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2017:	14.872.688,91

Após análise do Balanço Financeiro, verificamos que houve uma diminuição do saldo em espécie em caixa no final do exercício, o que demonstra um resultado financeiro negativo no montante de R\$ 3.783.622,47 (três milhões, setecentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos), na forma abaixo demonstrada:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(+) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	14.872.688,91
(-) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	18.656.311,38
RESULTADO FINANCEIRO NEGATIVO	(3.783.622,47)

Os recursos financeiros do Procuradoria Geral de Justiça e os depósitos de terceiros em espécie sob nossa responsabilidade, foram depositados durante todo o exercício em rede bancária oficial, formando o saldo das disponibilidades de caixa em 31/12/2017, após as devidas conciliações bancárias, atendendo à determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme quadro a seguir:

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE/ POUPANÇA	SALDO SIAFEM EM 31/12/2017
BANCO DO BRASIL	38466	159427-3	14.803.883,55
		5229-9	68.425,06
BANCO BRADESCO	1152	80119-4	380,30
TOTAL			14.872.688,91



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

4. DO PATRIMÔNIO

As variações ocorridas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, durante o exercício financeiro de 2017, estão demonstradas, por determinação do MCASP e da Lei Federal nº. 4.320/1964, na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Considerando que a apuração do resultado patrimonial implica o confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD), restou evidenciado, após análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, que ocorreu um resultado superavitário de R\$ 15.394.596,87 (quinze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), na forma demonstrada pela tabela a seguir:

APURAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	
1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	458.826.460,51
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	456.663.255,16
VALORIZ. E GANHOS C/ATIVOS E DESINC. PASSIVOS	5,75
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.163.199,60
2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	443.431.863,64
PESSOAL E ENCARGOS	335.999.743,45
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	63.955.035,11
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	11.736.604,79
DESVALOR. E PERDA DE ATIVO E INCORP. PASSIVO	33.339,76
TRIBUTÁRIAS	29.292.290,94
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.414.849,59
3. RESULTADO PATRIMONIAL POSITIVO	15.394.596,87



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

Para melhor compreensão da gestão dos bens patrimoniais, discriminaremos os cenários relativos aos bens de estoque, aos bens móveis e aos bens imóveis, ao fim do exercício de 2017.

a) quanto aos **bens de estoque**, o saldo inicial na referida conta foi de R\$ 710.849,13 (setecentos e dez mil, oitocentos e quarenta e nove reais e treze centavos), encerrando-se com R\$ 569.896,57 (quinhentos e sessenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e sete centavos), havendo, desta forma, uma **diminuição dos referidos bens**, na ordem de R\$ 140.952,56 (cento e quarenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), conforme movimentação a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS DE ESTOQUE NO EXERCÍCIO	
SALDO EM 31/12/2016:	710.849,13
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	1.234.363,45
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS	340.940,27
(-) BAIXA POR REQUISIÇÃO	1.716.256,28
SALDO EM 31/12/2017:	569.896,57
DECRÉSCIMO DOS BENS DE ESTOQUE:	140.952,56



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

b) quanto aos **bens móveis**, verificamos que, após confrontar as aquisições orçamentárias e extraorçamentárias, bem como as incorporações advindas do FEMPE com os decréscimos patrimoniais, houve um **aumento nos referidos bens** na ordem de R\$ 7.426.661,53 (sete milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e três centavos), conforme segue abaixo demonstrado:

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS MÓVEIS NO EXERCÍCIO	
SALDO EM 31/12/2016:	44.282.107,76
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	5.021.169,70
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	950.485,30
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	2.163.199,60
(-) DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	708.193,07
SALDO EM 31/12/2017:	51.708.769,29
ACRÉSCIMO DOS BENS MÓVEIS:	7.426.661,53

Cabe registrar que a desincorporação dos bens móveis acima mencionada foi decorrente de doações e inservibilidade, no montante de R\$ 708.193,07 (setecentos e oito mil, cento e noventa e três reais e sete centavos), na forma a seguir descrita:

DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS NO EXERCÍCIO	
DOAÇÕES	674.853,31
INSERVIBILIDADE	33.339,76
TOTAL DAS DESINCORPORAÇÕES DOS BENS MÓVEIS	708.193,07



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

c) quanto aos **bens imóveis**, as aquisições orçamentárias e extraorçamentárias, bem como as incorporações advindas do FEMPE, no exercício de 2017, somaram R\$ 9.788.903,66 (nove milhões, setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e três reais e sessenta e seis centavos), de acordo com o demonstrativo abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS NO EXERCÍCIO	
SALDO EM 31/12/2016:	78.639.564,67
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	5.333.912,68
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	6.995,95
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	4.447.995,03
SALDO EM 31/12/2017:	88.428.468,33
ACRÉSCIMO DOS BENS IMÓVEIS:	9.788.903,66

Quanto ao **superávit financeiro do exercício de 2017**, ao analisarmos os Balanços Patrimonial e Financeiro, verificamos que sua apuração consiste na diferença entre o Ativo Circulante com o Passivo Circulante menos a inscrição de Restos a Pagar Não Processados, resultando em um Superávit Financeiro de R\$ 809.082,00 (oitocentos e nove mil e oitenta e dois reais), conforme quadro abaixo. Deste montante, R\$ 330.337,07 (trezentos e trinta mil, trezentos e trinta e sete reais e sete centavos) é oriundo do cancelamento de restos a pagar, no final do exercício.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

Cabe esclarecer ainda que o valor do Passivo Circulante corresponde à soma da inscrição de Restos a Pagar processados do exercício, no valor de R\$ 30.167,64 (trinta mil, cento e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), na forma abaixo demonstrada:

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
1. Ativo Circulante	14.872.688,91
2. Passivo Circulante	30.167,64
3. Subtotal	14.842.521,27
4. Empenhos a Liquidar (Restos a Pagar Não Processados)	14.033.439,27
Superávit Financeiro	809.082,00

Outra forma de apuração do Superávit Financeiro considera o confronto entre a disponibilidade de caixa, no final do exercício, no montante de R\$ 14.872.688,91 (quatorze milhões, oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos), com o valor de R\$ 14.063.606,91 (quatorze milhões, sessenta e três mil, seiscentos e seis reais e noventa e um centavos), relativo à inscrição de Restos a Pagar (processados e não processados) do exercício, resultando no valor de R\$ 809.082,00 (oitocentos e nove mil e oitenta e dois reais).

Sob nossa **responsabilidade com terceiros**, verificamos a existência do montante de R\$ 2.516.447,30 (dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta centavos), sendo que, deste valor, apenas R\$ 643.677,00 (seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais) correspondem aos depósitos e cauções e a diferença, de R\$ 1.872.770,30 (um milhão, oitocentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta reais e trinta centavos), refere-se a cartas fiança e seguros-garantia.



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

5. DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

O Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o período de 2017-2019 contemplou a Procuradoria Geral de Justiça Estadual com 02 (dois) programas de trabalho, a saber: **0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça**, com 03 (três) ações; e **0411 – Apoio Administrativo**, com 02 (duas) ações.

Quanto ao cumprimento das metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, temos a informar que, em 2017, esta Unidade Gestora atribuiu meta física para duas ações, sendo que houve cumprimento da meta física estabelecida quanto à ação de “Desenvolvimento Institucional” (4426) do Programa 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça.

Prestação de Contas da PGJ | Exercício Financeiro de 2017

RELATÓRIO DE META FÍSICA E FINANCEIRA

UNIDADE GESTORA: (070101) - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA															
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: (07101) - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA															
PROGRAMA: (0337) - GESTÃO DE AÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA															
COD	AÇÃO	PRODUTO	UNL MEDIDA	META FÍSICA			VALOR: R\$								
				PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT INICIAL	DOT ATUAL (A)	EMP (B)	SALDO(A-B)	%(B/A)	LIQUIDADO (C)	%(C/A)	PAGO (D)	%(D/A)
2963	Coordenação das Ações Essenciais à Justiça	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	251.883.934,00	405.053.280,98	405.006.354,39	46.935,54	100,0	393.955.490,25	97,3	393.925.322,61	97,2
3037	Construção da Sede Própria do Ministério Público	prédio construído e aparelhado	unidade	2	0	0,00	6.250.000,00	8.450.000,00	8.292.397,81	157.602,19	98,1	5.333.912,68	63,1	5.333.912,68	63,1
4426	Desenvolvimento Institucional	Pessoa capacitada	unidade	1.000	1.363	136,30	1.000.000,00	1.250.000,00	1.234.613,40	15.386,60	98,8	1.210.523,40	98,8	1.210.523,40	98,8
PROGRAMA (TOTAL):							269.133.934,00	414.753.280,98	414.533.365,60	219.924,33	99,95	400.499.926,33	96,6	400.469.758,69	96,6
PROGRAMA: (0411) - APOIO ADMINISTRATIVO															
COD	AÇÃO	PRODUTO	UNL MEDIDA	META FÍSICA			VALOR: R\$								
				PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT INICIAL	DOT ATUAL (A)	EMP (B)	SALDO(A-B)	%(B/A)	LIQUIDADO (C)	%(C/A)	PAGO (D)	%(D/A)
0900	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	29.809.127,00	29.855.449,00	29.805.878,70	49.570,30	99,8	29.805.878,70	99,8	29.805.878,70	99,8
0901	Contribuição ao Regime Geral da Previdência	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	8.053.728,00	7.479.660,00	7.479.351,83	308,17	100,0	7.479.351,83	100,0	7.479.351,83	100,0
PROGRAMA (TOTAL):							37.862.855,00	37.335.109,00	37.285.230,53	49.878,47	99,87	37.285.230,53	99,9	37.285.230,53	99,9
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (TOTAL):							306.996.789,00	452.088.398,93	451.818.596,13	269.802,80	99,94	437.785.156,86	96,8	437.754.989,22	96,8
UNIDADE GESTORA (TOTAL):							306.996.789,00	452.088.398,93	451.818.596,13	269.802,80	99,94	437.785.156,86	96,84	437.754.989,22	96,8

TOTAL GERAL			
DOTAÇÃO INICIAL	306.996.789,00	LIQUIDADO (C)	437.785.156,86
DOTAÇÃO ATUAL (A)	452.088.398,93	%(C/A)	96,83618467011035
EMPENHADO (B)	451.818.596,13	PAGO (D)	437.754.989,22
SALDO (A-B)	269.802,80	%(D/A)	96,83
%(B/A)	99,9		

06/02/2018 08:14:22

Página 2 de 2



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

6. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO

Em atendimento à exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à Transparência da Gestão Fiscal, no site do Ministério Público do Estado do Maranhão, no link “<http://www.mpma.mp.br/index.php/transp-execucao-orcamentaria-financeira>”, podem ser acessadas, por qualquer cidadão, as informações sobre realização de receitas e despesas, consultas de despesas por credor, além de consultas de pagamentos, empenhos e liquidações.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2017

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a legislação pertinente à matéria, notadamente a Lei Federal nº. 4.320/1964 e a Lei Estadual nº. 10.555/2016, bem como as Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual do Chefe do Ministério Público do Estado, e com base na documentação disponibilizada pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças desta Procuradoria, nos relatórios constantes na prestação de contas em análise e nos registros dos sistemas SISPCA e SIAFEM, manifestamos pela regularidade da Prestação de Contas da Procuradoria Geral de Justiça, referente ao exercício de 2017, especificamente no que tange à realização da receita e da despesa.

É o relatório que esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria encaminha ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, para conhecimento e deliberação das providências julgadas cabíveis.

São Luís (MA), 23 de março de 2018.

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria